

tar na busca de alternativas para os problemas. Mencionou os três problemas básicos do Estado, nesta área: as delegacias policiais se transformaram em presídios e estão com superlotação de presos que aguardam julgamentos, havendo, inclusive, casos de alguns já condenados, com sentença transitada em julgado, o que é, a desdúvidas, uma distorção inaceitável. Outro fato grave é a utilização de policiais civis no papel de carcereiros, mas que não recebem nenhum preso, sendo que em um deles o muro simplesmente não foi erigido. O Dr. Leonardo Arruda, ao assumir a pasta da Secretaria da Justiça, determinou a construção de uma cerca para dificultar a fuga dos presos. O Estado vem investindo bastante na contratação de pessoal e na compra de viaturas. Disse que a Penitenciária de João Alves não tem a mínima condição de permanecer funcionando, existindo uma proposta da Coordenadoria de Direitos Humanos de não receber mais presos até que seja desativada. A outra situação diz respeito a um condenado que já trouxe ao Estado a presença de Conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. Assegura que dita situação parece transcender todos os limites dos poderes locais, convertendo-se num fato de repercussão nacional. Descreveu que o condenado é um ex-policial civil que cumpre pena em uma delegacia de polícia, da qual possui a chave da cela, saindo a qualquer hora. Falou, ainda, que recebeu um documento referente a uma ameaça que o condenado fez à junta médica do Estado no intuito de obter um laudo psiquiátrico que favorecesse sua aposentadoria. Comentou, ainda, que um promotor de justiça já foi ameaçado publicamente por esse cidadão. Indagou qual é o real motivo pelo qual ele ainda não se encontra preso. Fez ver que esse já foi flagrado com bebida alcoólica e mulheres dentro da cadeia e que o Estado não toma providências. Disse que espera, nesta reunião, onde se encontram várias autoridades, que se encontre uma solução para o problema. E que o condenado cumpra a sua pena numa penitenciária de regime fechado, conforme a sentença e que a Secretaria de Justiça garanta o espaço para seu cumprimento. Diz não ver dificuldades práticas neste caso. Em síntese, a superlotação das delegacias, a falta de alas nos presídios para recolhimento de ex-policiais condenados e a carência de controle na instauração de inquéritos policiais que envolvam homicídio: eis os principais problemas. Agradeceu a oportunidade, desejando sucesso à reunião. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu a manifestação que, com objetividade, indigitou os principais problemas que afligem as autoridades do Estado do Rio Grande do Norte. Passou a palavra ao Secretário de Defesa Social, Dr. Cláudio dos Santos, que cumprimentou, inicialmente, os colegas advogados, o Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Presidente do CNPCP; o Dr. Joanilson de Paulo Rego, Presidente da OAB - Seção do Estado do Rio Grande do Norte, e o Dr. Fernando Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça e a todos os promotores, magistrados, conselheiros, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis e demais associações, Dr. Marcus Dionísio, Ouvidor da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, o Colega Secretário que estava na mesa e demais autoridades. Comunicou que tem um comportamento extremamente transparente relativamente às questões discutidas e concordou de pleno com as manifestações do Ministério Público, expostas pelo Dr. Fernando Vasconcelos, afirmando que não tem como discutir os números apresentados pela Ouvidoria de Segurança Pública e Defesa Social. O fato, disse, é que se trabalhou muito para o sistema penitenciário voltar a pertencer à Secretaria de Segurança e Defesa Social e não à Secretaria de Justiça, mas no início do ano isso não se tornou realidade. Acrescentou que achava indigna a situação dos presos no Estado, recusando-se, muitas vezes, ir a uma delegacia onde se encontram amontoados em condições desumanas. Falou que o caso não é isolado, que isso ocorre também em outros estados e que se deve trabalhar para efetivar mudanças. Comentou que inaugurou duas penitenciárias quando o sistema penitenciário fazia parte de sua Secretaria, e contratou agentes penitenciários, faltando, apenas, a guarda externa dos presídios. Disse, ainda, que, com o advento da reforma da previdência, mais de 300 policiais passaram para reserva, o efetivo é muito pequeno e não tem condições de transferir os policiais das ruas para a guarda externa dos presídios. Retirar os presos das delegacias não solucionará, de imediato, a questão, pois existem mais de 100 flagrantes a cada mês no Estado. Isso significa ter três novas penitenciárias a cada ano. Agregou, ainda, que encaminhou ao Ministério da Justiça três pedidos de construção de presídios, sendo dois para presos provisórios e um de segurança máxima, mas só prometeram uma construção, posto que os recursos orçamentários do governo federal seriam insuficientes para essa finalidade, não havendo condição de construir-se um novo presídio em cada Estado. Concernentemente ao preso em questão, parece existir uma decisão judicial para o cumprimento de sua pena na delegacia e, visto que há vários apontamentos sobre a situação irregular do mesmo, cabe apenas a responsabilidade de encaminhar os nomes dos policiais que facilitam essas irregularidades à Corregedoria para que possam responder por seus atos. Em conversa com o Secretário de Justiça solicitou que uma ala do presídio receba os presos oriundos da polícia civil ou militar. Por fim, aduziu que o Governo do Estado está apoiando o esforço de enfrentamento dos problemas mencionados, agradecendo e justificando a sua saída a fim de participar da reunião dos Secretários. O Presidente do CNPCP agradeceu a presença e as palavras do Secretário, dizendo que é uma manifestação comum a todos que se vêem diante do angustiante problema da superlotação do

sistema penitenciário, especialmente das delegacias de polícias. Enquanto a visão de combate ao crime for exclusivamente repressiva, não haverá solução para o problema. No dia em que as autoridades e a sociedade entenderem que o combate ao crime se dá principalmente combatendo as suas causas, aí sim, teremos uma luz no fim do túnel. Passou, então, a palavra ao Juiz da Vara de Execuções Penais de Natal, Dr. Carlos Adel, que cumprimentou a todos os presentes e informou que está à frente da Vara de Execuções desde dezembro de 1997 e teve oportunidade de vivenciar os problemas penitenciários do Estado. Disse que o Estado possui, em sua estrutura, cinco estabelecimentos penitenciários, um presídio feminino e outro que tem dependências destinadas à população feminina, localizado na cidade de Caicó. Fez ver, ainda, que as prisões são destinadas ao regime fechado, quando se sabe que mais de 70% das condenações ocorrem para o regime semi-aberto, causando um grande embaraço no recolhimento dessas pessoas, e, também, na hora da progressão do regime fechado para o semi-aberto. Falou da qualificação do pessoal para atuar nos estabelecimentos, da carência médica, e da inexistência de orientação para o tratamento dos presos por uso e tráfico de drogas. As direções dos estabelecimentos são entregues a cargos de confiança, geralmente não preparados para a função. Comunicou, ainda, que por questões éticas e respeito às partes, não discutirá fora dos autos qualquer que seja a decisão adotada quanto a qualquer preso, máxime um agente de polícia preso numa delegacia. Não existe no sistema penitenciário do estado nenhuma dependência destinada a policiais ou ex-funcionários da justiça, depositários infieis e devedores de alimento, o que causa terríveis embaraços aos juizes da Vara de Família e da Justiça do Trabalho. Falou da necessidade urgente da construção de estabelecimentos ou a separação, nos existentes, de locais próprios para o recolhimento desses indivíduos. Comunicou, ainda, a existência de um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, que funciona como uma enfermaria melhorada. Existem 696 presos fúgitivos cadastrados na Vara de Execução Penal da cidade de Natal/RN, fora os recolhidos em delegacias e os condenados diariamente. Disse que o Ministério da Justiça não renovou um dos mais importantes projetos da política penitenciária, as penas alternativas. Estão tentando, junto aos parlamentares federais, buscar uma forma de liberar recursos para todas as Centrais de Penas Alternativas. Solicitou que o Presidente do CNPCP converse sobre o assunto com o Senhor Ministro de Estado da Justiça, pois a aplicação das penas alternativas é essencial para a continuidade do trabalho iniciado no Estado. O Presidente Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira pontuou, no tocante às penas alternativas, que o Conselho tem um apreço enorme pela questão, pois conta com membros que trabalham diretamente com esse objeto, nos Estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e outros. É um assunto discutido nas reuniões, entendendo ser um caminho a percorrer-se para a minimização dos problemas penitenciários. Portanto, a solicitação feita será acolhida. Passou a palavra ao Dr. Francisco Chaves, Procurador-Chefe da República e Presidente do Conselho Penitenciário do Estado, que, após cumprimentar a todos, enalteceu a preocupação do CNPCP em realizar uma audiência para tratar de assuntos referentes ao sistema penitenciário do Estado. Falou, ainda, da realidade do Conselho Penitenciário estadual que se ressentia da falta de uma estrutura de apoio, sabendo ser esta, também, a realidade de outros Estados. Elogiou a posição do Dr. Fernando Batista de Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, na sua maneira de falar claramente sobre a situação do Estado, cobrando responsabilidades do Estado como um todo. Por fim, manifestou sua preocupação com as alterações trazidas na Lei nº 10.792/2003, sabendo-se da posição do Conselheiro Maurício Kuehne. O Presidente agradeceu e comunicou que, à tarde, será examinado o estudo elaborado pelo Conselheiro Maurício Kuehne da Lei nº 10.792/2003 que altera a Lei nº 7.210/84. Passou a palavra ao Secretário Adjunto dos Assuntos Fundiários e Reforma Agrária, Dr. Canindé de França, que, após saudar a todos os presentes e manifestar sua alegria em participar da reunião, disse que a Secretaria vem estreitar as relações institucionais e possibilitar uma discussão sobre todas essas questões. Falou, enquanto Secretário, que um dos problemas enfrentados são os conflitos no campo, solicitando apoio para que se crie no Estado um Centro de Gerenciamento de Crises e de Conflitos Sociais, um instrumento de mediação e respeito das instituições e prevalência da vida e da dignidade. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Secretário de Justiça, Dr. Leonardo Arruda, que, neste ato, está representando a Governadora do Estado. Com a palavra, o Dr. Leonardo Arruda saudou a todos, justificando a ausência da Governadora Wilma Faria, que mandou um abraço, pois o Estado passa por uma situação difícil, devido às chuvas, sendo decretado, em muitos municípios, estado de calamidade pública. Asseverou que, no ano passado, ocorreu situação inversa, o problema foi a seca. Falou da transferência do sistema penitenciário para a Secretaria de Justiça e que o problema de assistência médica, mencionado pelo Juiz da Vara de Execuções, vem sendo sanado. Falou sobre a desmilitarização do sistema penitenciário e da nomeação para a direção dos novos presídios, de acordo com a Lei de Execução Penal, de pessoas ligadas às áreas humanísticas. Os diretores das penitenciárias são pedagogos e os advogados, assistentes sociais. Disse, ainda, que duas das metas da Secretaria de Justiça é desativar a Colônia Agrícola João Chaves e humanizar as prisões. Falou, ainda, que através de convênio com o Ministério da Justiça, foi realizado o Mutirão de Execuções Penais, que possibilitará um aumento de vagas no Sistema. Falou que serão inauguradas duas penitenciárias: a de Parnamirim, com 250 vagas, e um presídio em Caraúbas, com 100 vagas. Ponderou que houve falta de investimento e que o Governo Federal criou o Sistema Único de Segurança Pública, fazendo investimentos na área, esquecendo-se do sistema penitenciário. Quando começarem as ofertas de vagas e a volta dos convênios para aplicação das penas alternativas, ter-se-ão condições de atendimento aos presos das delegacias. Disse que, no Estado, não existe superpopulação carcerária; o que há é má acomodação por

conta da Penitenciária João Chaves. Falou, ainda, que todas as cozinhas das penitenciárias do Rio Grande do Norte foram desativadas, sendo contratada, de forma emergencial, uma empresa do Estado do Rio de Janeiro para fornecer alimentação a todos os presídios do Estado. Atualmente, a Secretaria reativou a cozinha da penitenciária de Alcaçuz para produzir alimentos para 300 apenados. Por fim, falou que vem realizando um trabalho de reestruturação da cozinha industrial, projetos para atendimento aos familiares dos apenados e dos egressos e a humanização do sistema prisional, tudo em busca da ressocialização do detento. O Presidente agradeceu e desejou ao Secretário de Justiça uma gestão coroada de pleno êxito, colocando o Conselho à disposição para auxiliar no alcance dos objetivos. O Secretário de Justiça, Dr. Leonardo Arruda, pediu novamente a palavra para esclarecer a questão que o Dr. Fernando Batista de Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, levantou a respeito de alguns policiais condenados que se encontram nas delegacias, afirmando que já está sendo providenciado um local para o provisório feminino, podendo-se, assim, verificar o número real de presos da polícia civil e militar, separando uma ala no local. O Presidente Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira disse que causou estupefação ao Conselho o relatório da Comissão constituída por dois membros do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, afirmando que um dos presos sai da delegacia de polícia e transita pelas ruas da cidade de Natal/RN. A questão da existência ou não de lugar próprio para acolher ex-policiais é uma questão interna que, evidentemente, as autoridades locais saberão resolver. O grande conflito em relação a estes presos é o de não cumprirem a pena, seja dentro de delegacia ou do sistema penitenciário. Fez ver que o motivo de o Conselho reunir-se na cidade de Natal/RN é para tentar resolver essa situação vergonhosa para todo o sistema penitenciário brasileiro. O Ministério da Justiça e o CNPCP sentem-se atingidos com essa denúncia. O Presidente abriu a palavra aos presentes. Com a palavra, o Dr. Marcos Dionísio, Ouvidor da Secretaria de Segurança da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte, dentro dos assuntos que poderiam discutir e considerando o aspecto do conclave, falou da falência do sistema penitenciário, não só pelo imenso número de foragidos, como também pelo fato de que alguns condenados ao regime fechado não cumprem pena. Comentou a falta de investimento no sistema, assinalando que as penas alternativas deveriam ser cada vez mais estimuladas e aplicadas. Sobre o caso do ex-policial civil que tem privilégios, disse ser uma vergonha para o Estado, requerendo providências das autoridades competentes. Com a palavra, o Sr. Geraldo Vanderlei, da Pastoral Carcerária da CNBB, falou do trabalho que vem sendo realizado e das situações das penitenciárias. Com a palavra, o Presidente da OAB-Seção Rio Grande do Norte, Dr. Joanilson de Paulo Rego, cumprimentou o Presidente da mesa e as demais autoridades e falou dos condenados em delegacias, da superpopulação dos presídios, das mulheres condenadas em locais não apropriados. Por fim, colocou-se ao dispor para a realização de mutirões de execução penal, felicitando a todos pela realização desta reunião e, principalmente, ao Presidente, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, ex-presidente da OAB-Seção São Paulo, com atuação primorosa. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Dr. Eduardo Cavalcanti, Promotor de Justiça da Comarca de Natal, que falou sobre o Presídio Dr. João Chaves, apresentando um relatório de perícia, realizado pelo CREA, pelo Corpo de Bombeiros e pela Saúde Pública, descrevendo a situação caótica do presídio. Solicitou a desativação imediata do mesmo. Após várias manifestações, o representante do Ministério Público do Estado rogou que as autoridades locais presentes, como o Juiz da Vara e o Secretário de Justiça, resolvam o problema. O Presidente consignou que esse é o desejo do Conselho, passando a palavra à Dra. Elisa Nasser, Coordenadora do Fórum das Mulheres, que cumprimentou a todos e falou da solicitação de um presídio feminino, pois, atualmente, ocupam uma delegacia de polícia e uma ala da Penitenciária Dr. João Chaves e que existem várias denúncias que não gostaria de relatar. Solicitou ao Secretário de Justiça que o prédio em reforma para receber os presos procedentes das delegacias de polícia seja destinado às mulheres. Por fim, parabenizou o trabalho realizado pela Dra. Moema de Andrade Pinheiro, Promotora dos Direitos Humanos. O Presidente agradeceu e passou a palavra à Dra. Moema de Andrade, que saudou a todos e falou sobre um grave problema que é a existência de uma ação civil pública já ajuizada, com vistas a que a maioria das delegacias da cidade de Natal/RN seja interditada. Disse, também, que, só no ano passado, foi criada a Defensoria Pública e existem presos sem assistência jurídica bem como médica, além de uma sofrível estrutura física, sugerindo que o Presídio de Parnamirim seja utilizado para os presos condenados e presos provisórios de alta periculosidade que ocupam as delegacias. Com a palavra, o Dr. Henrique Baltazar, Juiz da Vara de Execuções de Caicó/RN, esboçou a situação da penitenciária de sua cidade, reclamando do trabalho da Pastoral Carcerária que não conhece a realidade e fica falando inverdades sobre a existência de cela de segurança. Referiu a existência do Conselho da Comunidade e solicitou que se incentive a sua criação nos Estados e que os Juizes das Execuções as instalem. Com a palavra, o Dr. José Duets, Coordenador da Administração Penitenciária, saudou a todos e comentou um dos objetivos da reunião, a saber: o de verificar a situação de 42 presos em regime fechado que estão saindo para trabalhar em obras públicas com a autorização dos diretores dos estabelecimentos. Não se pode correr o risco de retirar esses presos do trabalho e colocá-los na Penitenciária Dr. João Chaves. Disse que o sistema penitenciário é um sistema novo e que passa por problemas como outro qualquer. Fez ver que, infelizmente, não são divulgados os trabalhos realizados com sucesso. Com a palavra, a Dra. Wilma Marinho Cezar, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Rio Grande do Norte, saudou a todos e falou das irregularidades dentro das delegacias e o desvio de função dos policiais, realizando trabalho de carcereiro. Solicitou ao Secretário de Justiça que tome providências, pois o local de presos é em penitenciária e não em delegacia.